

É PROIBIDO PROIBIR? VETOS À LITERATURA EM TEMPOS CONSERVADORES

IS IT FORBIDDEN TO PROHIBIT? VETOS TO LITERATURE IN CONSERVATIVE TIMES

Ana Crelia DIAS*

Resumo: Este texto visa a pensar sobre avanços e desafios dos estudos literários em tempos em que o amplo desenvolvimento dos meios de produção e circulação indicam vida longa à literatura, mas os espaços formativos do leitor sofrem cerceamentos advindos de forças externas aos contextos especializados. Como garantir o direito à leitura de textos literários, sem recortes de classe e sem subestima da capacidade do leitor de construir suas leituras? Como reagir a um movimento sistêmico de censura aos livros literários? Como construir uma argumentação consistente em tempos em que a voga é o elogio à ignorância? A partir de um percurso desde o conceito de representação e de seu lugar na experiência humana, este texto analisa as relações da literatura com o real, em seu caminho de resistência ao sistema de signos linguísticos, à dimensão social e à limitação humana em todas as suas formas. A proibição ou moção de repúdio a certas obras literárias por parte de instituições públicas e privadas constitui o *corpus* para análise das modalidades de censura que se apresentam na contemporaneidade.

Palavras-chave: Representação literária. Censura. Direito à literatura.

Abstract: This paper aims to think about advances and challenges of literary studies at a time when the broad development of the means of production and circulation indicates a long life for literature, but the formative spaces of the reader are restricted by external forces from specialized contexts. How to guarantee the right to read literary texts without social inequalities and without underestimating the reader's ability to build their readings? How to react to a systemic movement of censorship of literary books? How to build a consistent argument in times when the vogue is praise for ignorance? Based on a journey from the concept of representation and its place in human experience, this text analyzes the relationship between literature and reality in its path of resistance to the system of linguistic signs, the social dimension and human limitation in all areas and forms. The prohibition or motion to repudiate certain literary works by public and private institutions constitutes the corpus for the analysis of the censorship modalities that are present in the contemporary world.

Keywords: Literary representation. Censorship. Right to literature.

Palavras iniciais

A literatura, como toda manifestação artística, não reproduz o real, nem deve comprometer-se com uma atitude de mero espelhamento. O fazer artístico funciona como uma recriação do real, e a este pode voltar-se em atitude de revisitação histórica, de desconforto, de negação, de ironia, de escárnio, dentre outras inúmeras formas, e, no campo da literatura, o cenário não é diferente. A literatura é uma forma de resistir, não só à linguagem denotativa,

* Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Letras pela UFRJ. E-mail: anacrelia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3548-8486>.

mas a realidades adversas que se querem lidas como o real, para objetificar o humano, sujeito por natureza na trajetória do processo criativo, ético, político, cidadão. Seguir o caminho da implosão do signo linguístico para tornar-se signo poético é tarefa do fazer literário.

Se a literatura não existe sem leitores, a proximidade de alguns deles pode ter a pretensão de extingui-la. No processo de mediação entre texto e leitor, o trabalho crítico e especializado é o caminho para que sejam evitados não só equívocos de leitura, como também para o entendimento do que significa ler e do porquê lemos literatura. Os ataques frontais de forças ultraconservadoras dirigidos à escola e outras instituições mostram o quanto um projeto de educação libertadora incomoda a um poder que encoraja um saber massificado, produzido apenas para preparar mão-de-obra, e o alvo agora são os livros de literatura. Afinal, por que assustam tanto as obras literárias?

Muitas têm sido as interdições aos livros acontecidas nos últimos anos, alicerçadas sobretudo pelo Movimento Escola sem Partido, constituído supostamente por estudantes e pais, cujo objetivo é “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários.”¹ Ou seja: uma organização acientífica organizada para promover um levante contra a educação, em claro intento de destituir a figura do educador e desqualificar os saberes produzidos na escola, sob o pretexto de lutar contra o que nomearam como “doutrinação” das crianças. Deve-se levar em conta que o contexto em que emergem esses grupos ultraconservadores é um momento de luta pela inclusão das camadas expropriadas da população à educação e ao direito à representatividade, lentamente transformadas em políticas públicas, o que deixa transparecer o caráter reativo, controlador e silenciador do Movimento Escola sem Partido.

Se havemos de concordar de alguma forma com Steiner, certamente será com a afirmação de que “Aqueles que queimam livros, que banem e matam poetas, sabem exatamente o que fazem. Seu poder é incalculável” (2018, p. 15). E mesmo que não avance muito a afinidade com o autor britânico, parece notória a percepção de que o apartidarismo, alardeado como principal bandeira de um movimento ultraconservador, nada tem de partidário, e a mira para os estudos literários tem outro alvo específico, que é a formação dos estudantes. Da inutilidade apregoada por muitos anos, as artes de modo geral e a literatura em particular migraram para o lugar de ameaça ao processo formativo.

¹ Página na internet do Movimento Escola sem Partido: <<https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em 30 set. 2020.

Em defesa do símbolo

Antes de fazermos a defesa da literatura, precisamos localizá-la dentro de seu campo maior, a arte, como objeto de difícil designação que não encontra mais entre as correntes da teoria alguma pretensão de defini-lo, sem estar acompanhada de muitos senões. Entre muitas indagações, Compagnon (2002, p. 21) confirma o caráter fugidio de conceituar literatura: “É necessário definir literatura para definir estudo literário, mas qualquer definição de literatura não se torna o enunciado de uma norma extraliterária?” Ou seja, da mesma matéria-prima que se faz literatura produz-se (ainda que ingloriamente) a sua definição, e é nessa zona fronteira que se perde a metalinguagem e se inicia o trabalho estético. Antonio Candido, em “O direito à literatura”, falando para uma plateia não especialista na área, definiu literatura como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático”, atendo-se às formas tradicionais, mas estendendo a localização do criador a “todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura”, o que de certa forma amplia o conjunto da produção quando inclui as formas simples (JOLLES, 1976) “lenda, chiste”, sem perder de vista as formas “mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (2011, p. 176).

Produzida pelo humano, a literatura, como afirma Compagnon, apoia-se no paradoxo, pois “pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo” (2001, p. 37), num jogo dialético de representar o mundo, mas não de ter a obrigação de espelhar formas, temas e valores. O olhar para a literatura não pode perder de vista o caráter ficcional e/ou poético de que esta se constitui, sob pena de as obras serem julgadas como fatos da vida real.

Antonio Candido (2000) aponta como fator necessário para analisar algumas narrativas o fato de que o elemento social deve ser encarado, não como causa e fim da realização literária, mas como partícipe que desempenha certo papel na sua construção. Isto é, deixando o âmbito meramente externo à obra, o social torna-se elemento interno, constitui parte da estrutura. Acrescenta ainda que a distinção entre um texto que se atém apenas ao limite de abordar fatos históricos ficcionalmente, e outro, que confere à obra qualidade estética, está no nível de abordagem, que pode ser ilustrativa ou explicativa; a primeira é apenas uma colagem de dados, enquanto a segunda é uma internalização de conceitos e valores que circulam lado a lado a outros elementos da narrativa. Assim, o social, neste último caso, torna-se *um* dos elementos que compõem a obra. Ao afirmar que a *mimese* mantém estreita relação com a *poiese*, Antonio Candido (2000) assegura que mesmo a representação mais realista não abre mão da liberdade

de oferecer à obra um ponto de vista outro, ancorado na liberdade para criar, e não no compromisso de reproduzir.

Escrever e ler literatura, fazer arte de maneira geral, retiram a humanidade da condição apática diante da existência trágica. A arte não existe no vácuo: como especificidade humana, remete a um desejo de dizer, de representar, de resistir ao dito. A literatura não nos interessa apenas pelo que diz, mas como o faz em seu contexto de representação: numa relação dialética, remete ao que conhecemos como real, mas ao mesmo tempo, reage a ele; na literatura, encontramos obras que potencializam a investida nas camadas mais profundas da nossa humanidade, como o defendia Antonio Candido, e que nos levam a resistir a diferentes tempos e modelos históricos e sociais, como aponta Otto Maria Carpeaux:

A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. A literatura não deixará de refletir esse ritmo – refletir, mas não acompanhar. Cumpre fazer essa distinção algo sutil para evitar aquele erro de transformar a literatura em mero documento das situações e transições sociais. A repercussão imediata dos acontecimentos políticos na literatura não vai muito além da superfície, e quanto aos efeitos da situação dos escritores sobre a sua atividade literária, será preciso distinguir nitidamente entre as classes da sociedade e as correspondentes “classes literárias”. A relação entre literatura e sociedade não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica) (2011, p. 32).

Carpeaux trata, portanto, da tensão entre a literatura e o real, entendido como parte do tempo histórico, do qual a manifestação artística não estará apartada e, se ela não tem a obrigação de reproduzir os acontecimentos, talvez não seja tão simples negligenciar o entorno, em especial quando este requer alguma reflexão política. Ao tratar de determinado acontecimento histórico ou social, entretanto, o escritor não pode dispensar seu direito a um espaço de criação.

Do ponto de vista de alguns escritores, na relação entre real e representação, mesmo numa concepção realista de literatura, o caráter ficcional deve ser assegurado como princípio para abertura de espaço à criação. Milton Hatoum (2014), ao tratar de sua experiência criativa, fala da necessidade que sentiu, em determinado momento, de escrever sobre um “acerto de contas” com parte de sua geração. Tratar da própria experiência como tema no espaço literário não significa repetir a vida, o que seria impossível mesmo que a intenção assim o indicasse, e o resultado seria jornalismo, e não literatura: “Não acredito que a literatura seja um espelho da vida. Ela é uma transfiguração ou invenção da vida; caso contrário, ela se tornaria jornalismo adaptado ou denúncia social.” (p. 34). A matéria da vida transfigurada em palavras e tornada

romance é, para Hatoum, “uma ponte entre o real e o imaginário”, é o caminho formulado em palavras que se torna ficção.

Outro escritor, Luiz Ruffato (2014), lembrando sua infância de filho de trabalhadores, descobre-se leitor literário e logo se depara com a ausência de personagem operário urbano no Brasil, e esta busca torna-se indagação e matéria de sua literatura. Falando de sua experiência de criação, afirma que na relação entre escritor, obra e público, o primeiro é o que menos importa; sobleva-se na tríade o processo de criação, o trabalho para chegar ao artifício criado, cujo resultado não deve cair nas malhas da sacralização:

O texto para mim deve ser uma espécie de ligação entre a sociedade e a sua representação, seria como um espelho. O escritor seria um mero mediador. O meu compromisso com a literatura é um compromisso com a precariedade do discurso, a precariedade do texto, a precariedade do mundo em que vivo. É uma forma de denúncia, mas também uma forma de representação dessa realidade. Eu não conseguiria representar a realidade que eu vivo, que é absolutamente caótica, precária e arruinada, de uma maneira organizada, sedimentada, bem construída (2014, p. 19).

Buscando a subversão da forma romance, o autor viu na ausência do operário urbano um espaço a ser ocupado pela sua criação e buscou o ponto de vista do proletariado. Tratando da representação, ora fala de espelho, ora aponta sua impotência de representar a realidade de maneira ordenada, o que de certa forma contraria a ideia de espelho enunciada por ele. O que se desprende dessa aparente contradição é um desejo de aproximação íntima da realidade da vida no plano da representação, seguida da consciência de que não há como repetir o vivido, como afirma em outro trecho: “A minha literatura começa exatamente onde termina o jornalismo.” Acrescenta ainda que sua literatura começa quando o olhar do jornalista já deu conta de ver, “porque eu quero ver o que tem por trás daquilo ali” (2014, p. 24).

Em ambos os casos, os escritores tratam da precariedade desse lugar da ficção em relação ao real, com atitude de defesa do espaço de criação literária. Ao leitor, cabe aceitar o pacto da ficção. Ler literatura, em suas diferentes formas, nos garante a oportunidade de experimentar alteridades e organizar a nossa experiência no sentido de construir mundos fictícios e factíveis. A obra é um universo que encerra ideias, valores, personas várias e visões de mundo, aos quais o leitor não é passivo, e pode reagir de maneiras diversas, aprofundando, a cada texto lido, as capacidades de análise e reflexão, debruçando-se sobre ele, não para obter respostas, mas para abrir-se à possibilidade de formular novas indagações. Escrever literatura, portanto, é reagir ao real, transfigurando-o, e reagir também à matéria de que se compõe, a palavra, matéria

enunciada por muitos escritores, dentre os quais destaco excerto de poema de Carlos Drummond de Andrade:

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário. (1977, p. 198)

A busca pela palavra é a indagação diante do que escrever, mas principalmente do como retirar a palavra de seu estado de dicionário, de esgarçá-la, de estendê-la ao espaço da *poiese*; desvelar camadas que potencializam sentidos, resistir mesmo ao já dito e consolidado. Portanto, como forma e projeto artístico, a literatura já é uma forma de resistir ao dito, à informação, ao senso comum e até à premência da forma e da elaboração de como dizer, como ilustra Clarice Lispector, em “Menino a bico de pena”: “Não sei como desenhar o menino. Sei que é impossível desenhá-lo a carvão, pois até o bico de pena mancha o papel para além da finíssima linha da extrema atualidade em que ele vive.” (1971, p. 150). A imagem poética do menino clariceano, em toda sua pulsão de vida, parece resistir e tentar escapar à representação.

Ao tratar da resistência como tema da narrativa, Alfredo Bosi afirma que o termo *resistência* associado a cultura, arte e narrativa começou a ser utilizado a partir de 1930, quando do embate intelectual ao fascismo e ao nazismo, numa concentração de forças – povo e intelectuais progressistas. A literatura brasileira teve suas manifestações de engajamento: o romance e a poesia de 30 a 45 são apenas alguns dos exemplos. Nos escritos de Graciliano Ramos, por exemplo, a conjuntura social atingia as personagens, de modo que o humano e o espaço-tempo constituíam um encontro tão conflituoso quanto inseparável. Seja nas agruras sofridas pelas crianças em relação ao autoritarismo dos adultos, como é o caso de Luciana, de Minski, seja na reificação dos seres, como Paulo Honório, a resistência encarna-se na denúncia de uma sociedade classicista e autoritária.

Em contextos de opressão, ameaça à liberdade e à democracia e ataque às instituições, não é raro encontrar uma produção que dialoga com esse tempo, resistindo a ele. Mas esta é apenas uma forma de representar essa resistência, isto é, trazê-la para a cena da obra. Alguns autores, entretanto, recusam-se à obrigação de tratar de questões sociais em seus textos. A professora e crítica literária Regina Dalcastagnè, tratando do período da ditadura civil-empresarial-militar,

especialmente das décadas de 60 e 70 no Brasil, fala de um movimento de questionamento dos autores, no plano da ficção, sobre o que dizer no contexto ficcional:

Uma vez que a censura à produção ficcional foi menos intensa do que aquela dirigida à música e ao teatro, nossos autores se encontraram na obrigação de abrir espaço em seus textos para a denúncia das arbitrariedades e dos crimes do regime. O que não foi um processo simples. (...) Imersos no dilema, muitos se debruçaram dolorosamente sobre a própria escrita, perscrutando-a. Surgiam, então, as fraturas – livros que, mais do que a denúncia do momento, expõem o avesso de sua execução e nos falam de um dilaceramento que corrói artista e obra, levando-os a contorcionismos. (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 59)

Podemos, portanto, encontrar duas formas de resistência no mapeamento de Dalcastagnè, uma que se propõe à denúncia social, tirando proveito da dispersão da censura, e outra que resiste à premência de ter que trazer o engajamento para o plano da encenação, isto é, fugir ao horror do contexto social, negando-lhe espaço na criação, embora não deixando de revelar, pela ausência, a angústia opressora do momento. Publicado em 1967, *Quarup* é um exemplo de romance em que o conturbado momento político atravessa a narrativa, que traz a história dos personagens e do país em paralelo e diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos. Tomando a história para torná-la ficção, é uma narrativa de fôlego, forte exemplo de tensão entre real e representação. Ali estão os movimentos sociais, a questão indígena, o aparecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, os lastros do método de alfabetização de Paulo Freire, o deslocamento geográfico do Rio de Janeiro ao Xingu e a Pernambuco, ao mesmo tempo em que tudo isso é também um trabalho de criação.

Entre o real e sua representação, portanto, há um longo caminho, preenchido sempre pela capacidade humana de criar, remetendo a símbolos construídos ao longo dos anos, por meio de acesso a um universo de leituras e outras experiências. Em diferentes épocas, projetos conservadores tentam ter o controle da produção dos discursos, normalmente por meio de instituições, como governos, escolas, igrejas. O atravessamento desse tipo de controle sobre as leis e os direitos põe em risco a democracia, e se coloca como forma de interdição, exclusão, separação e rejeição sobre as ciências e as ideias, como sintetizou Michel Foucault em *A ordem do discurso*:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p. 49).

Voltando à intersecção com o pensamento de Steiner, as estratégias de perseguição ao exercício do livre pensamento se propagam por meio de um planejamento minucioso de expansão, e incluem etapas e deliberações que avançam rumo à construção do medo e da consequente esquivas dos oponentes a seu ideário. Mas a literatura resiste como forma e conteúdo, como sempre resistiu. Entretanto existem alguns limites fomentados por vezes até mesmo por quem defende a difusão do literário e de seus estudos.

Interdições contemporâneas e nem tanto

Desde o golpe de 2016, em que foi possível um então deputado federal, que depois viria a ser presidente do país, homenagear um torturador em seu voto pelo impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, na sessão pública do plenário federal, o enfraquecimento das instituições tornou-se célere e avançou sobremaneira em direção à educação, em nome de Deus, da Pátria e da família. Essa tríade conhecida, usada como convocação de massas às quais o Estado dedica pouco de seus cofres, tem investindo numa abstração de pertencimento a que a maioria dos destinatários desse discurso adere, como crença de ser a única esfera que não lhes pode ser subtraída: a família, mesmo que com fome e em condições indignas; o amor pelo país, que lhes vira as costas para saldar dívidas de bancos; a fé, investida como salvação que adia os direitos desta vida, em troca de recompensa no céu, e que se alastra nos lugares onde falta o amparo estatal.

Tenho tentado pensar sobre as muitas sanções que avançam sobre a literatura desde 2016, embora o número delas e a velocidade com que têm acontecido não me permitem garantir atualização. Em texto anterior, “Que nos salve a metáfora: literatura e resistência no Brasil conservador”², falei dos ataques sofridos por autores e obras da literatura infantil e do duplo constrangimento por que passam educadores, diante da pressão sofrida e da ignorância da argumentação dos censores. Contudo, uma problematização não pode deixar de ser feita, quanto à relação tensa entre estudos literários e pedagogia. As formas de pressão sobre o fazer literário e a circulação dos textos, disfarçadas de tutela da infância e de auxílio ao professor, avançaram mesmo em contextos progressistas. A tensão entre a necessária representatividade e os lastros conservadores em textos antigos dispensou a mediação dos professores e partiu para a exclusão de obras.

² No prelo. Sairá em um livro organizado pelo Professor Wellington Furtado, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Algumas décadas depois da comemoração da Constituição de 1988 e diante de um painel irretocável de aparatos tecnológicos, que interferiram nas formas de suporte, escrita, distribuição, produção e até recepção de obras, a literatura parece encontrar-se novamente em situação de litígio, diante de um conflito impensável em contexto democrático: a censura dos textos sob pretexto de inadequação a certos valores morais. Vale pensar de que valores morais estamos falando. A circunscrição do conceito de valor moral ao território da religião já é, em si, uma contradição. Como pensar em valores morais totalizantes – e pretensiosamente totalizadores de verdades – num território a que nem todos desejam acessar? A religião não tem aval de substituição do Estado, embora este mesmo Estado contribua para esta confusa relação quando se permite confundir com o pensamento de uma área que sequer é dominada/desejada /obrigatória a todos os cidadãos. Aderir a uma religião é uma atitude pessoal, enquanto ter acesso a direitos básicos não deveria ser prerrogativa de alguns.

Tratemos agora de situações concretas, que deixaram de ser pontuais: a censura dos livros. Têm sido frequentes as notícias sobre casos de retiradas de algumas obras do painel de leituras escolares. Algumas escolas do Brasil inteiro não podem mais ler *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, por seu conteúdo impróprio: sexual, na figura de Rita Baiana, e lésbico, em Pombinha. Não é motivo de crítica a violência de João Romão sobre seus funcionários e, especialmente, sobre Bertoleza, mas sim o que as mulheres fazem com seus corpos no romance naturalista.

O céu dos suicidas, de Ricardo Lísias, publicado em 2012, foi proibido por uma escola de São Paulo em 2019, depois de já estar entre os indicados para a leitura bimestral de estudantes do Ensino Médio. O autor afirmou em entrevistas aos jornais que soube pelas redes sociais da proibição e tentou dialogar com a instituição escolar. A resposta da coordenação revela dois pontos que devem ser considerados: um deles é o fato de o aval de adoção de obras literárias não estar sob a responsabilidade do professor e sim da coordenadora pedagógica, que “havia pedido indicações aos professores de títulos para os alunos”. Outro ponto está nas justificativas para o recuo quando da indicação da obra, uma vez que ela, conforme afirma a matéria do jornal, não havia lido a obra e achou a temática perigosa para os estudantes, especialmente pela proximidade cronológica com o episódio na escola de Suzano³.

A proibição de temas considerados tabus não é recente nas escolas. Ao longo de meu trabalho na especialização em literatura infantil e juvenil e também no Profletras de minha instituição, tenho tentado problematizar por que alguns assuntos são mais temerários na

³ Referência ao massacre da escola de Suzano, região metropolitana de São Paulo, ocorrido em 2019, em que sete pessoas foram mortas e os atiradores cometeram suicídio em seguida.

literatura do que no cinema, por exemplo. As crianças assistem a filmes de super heróis desde cedo, em que a lógica da ação leva a muitas mortes, mas os professores parecem temer a situação de lidar com a morte representada no texto literário. A banalização dos meios de comunicação de massa, que adentram casas de todas as classes sociais, certamente naturaliza cenas de diferentes tipos de violência, ao passo que a dificuldade de acesso à literatura alimenta o pavor simbólico do conteúdo desconhecido, quase uma alegoria do fruto proibido que levará ao pecado.

Em 2013, momento em que ainda trabalhava com estágio supervisionado, fiz uma pesquisa entre docentes de ensino fundamental para refletir sobre a circulação da obra de Lygia Bojunga e pude constatar que existe muita cautela com a produção da autora, com exceção de *O sofá estampado*, *Angélica*, *A casa da madrinha* e *A bolsa amarela*⁴, porque, em algumas, a morte se faz presente, por meio de assassinato, suicídio ou estupro. O conceito de escolarização da literatura, portanto, nesses casos, passa pela tentativa de controle sobre os possíveis efeitos da recepção e ainda pela premissa de que a representação da morte pode servir exemplarmente como dispositivo para desencadear dores como a depressão, por exemplo.

O céu dos suicidas, lançado em 2012, incomodou quando atravessou os portões de uma escola, porque encena a dor da perda de um amigo que cometeu suicídio, o desespero de lidar com e o total desencontro com o apaziguamento, afinal não se trata de obra de autoajuda. A narrativa é um labirinto entre a história de Ricardo, um especialista em coleções, a de André (o amigo que comete suicídio), a da velhinha do abrigo e a do padre. Como uma metáfora do próprio processo de colecionar, o narrador organiza a coleção de narrativas que se mostram ao leitor, todas atravessadas pela dor dos personagens e pela dor do narrador diante da impotência de romper com esse ciclo. Por que proibir na escola? Talvez porque as famílias neoliberais apregoadoras do sucesso não estejam conseguindo dar conta das frustrações de seus filhos; talvez porque a terra prometida também não esteja sendo suficiente; talvez porque narrar a tragicidade de existir desmascare o mundo potencialmente promissor em que o capitalismo cada vez mais selvagem insiste em investir como modelo ideal; ou talvez porque a sociedade espere que a literatura, para entrar na escola, tenha que encenar amenidades, apaziguamentos, responder às dores com atitudes afirmativas, encaminhar soluções para os problemas, ter uma função *pedagogizante* de ensinar segundo os valores do controle dos corpos, das frustrações e do pensamento.

⁴ *A bolsa amarela*, há pouco tempo, foi retirado do programa de leitura da cidade de Limeira, em São Paulo, sob o pretexto de tratar de “ideologia de gênero”.

O autor Ricardo Lísias teve outra obra envolvida em uma polêmica, que chegou à Justiça. Em 2017, lançou o livro *Diário da cadeia – com trechos da obra inédita do Impeachment*, com pseudônimo de Eduardo Cunha, relação assinalada desde a capa do livro. Advogados do político homônimo tentaram proibir a circulação da obra e, depois de recursos de ambas as partes, Lísias foi condenado a pagar indenização, e o político ainda recebeu direito de resposta. À parte a ousadia do escritor em assumir o risco dessa representação em contexto de golpe ao mandato da presidenta da República, fica a questão de como se comporta a Justiça diante da representação, tratando um texto literário como matéria jornalística. Wolfgang Iser (2002), para estabelecer diferenças entre real e ficção, afirma a existência de elementos do real no texto ficcional; o que distancia um plano e outro é o fato de a ficção não se ater à simples tarefa de descrever o real. Nessa atitude, o componente fictício, que emerge dessa relação entre real representado e ficção, prepara uma espécie de imaginário que constituirá a obra. Ou seja, opor realidade e ficção e definir texto ficcional como tudo aquilo que não é real tem muitas limitações, porque:

há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. [...] estas realidades, ao surgirem no texto ficcional, neles não se repetem por efeito de si mesmas. Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto (ISER, 2002, p. 958).

Portanto, para Iser, no texto ficcional, há realidade identificável, que não é ficção e nem se ficcionaliza por estar contida no texto ficcional. Também não há pura repetição da realidade nesse contexto. Há um processo combinatório cujo mediador é o ato de fingir, donde se constrói um imaginário da realidade na ficção. Assim, a realidade puramente repetida é só um signo; o imaginário é o efeito produzido nessa relação: “o ato de fingir é uma transgressão de limites” (2002, p. 958); e essa diluição de fronteiras é a aliança do ato de fingir com a construção do imaginário. Da relação entre real, fictício e imaginário emerge um objeto construído na reciprocidade dessa relação. A subordinação de uma obra fictícia a um julgamento, como se real ela fosse, parece ser narrativa saída das páginas de um conto de Julio Cortázar.

Em 2019, Luisa Geisler lançou *Enfim, capivaras* pela Seguinte, selo editorial juvenil da Editora Companhia das Letras. Convidada para uma feira do livro em cidade do interior do Rio Grande do Sul, a autora teve participação cancelada uma semana antes, sob a justificativa de que a obra seria inadequada para jovens, por conta do “linguajar” utilizado. O texto de Geisler,

que se passa em uma cidade do interior de Minas Gerais, traz a história de um grupo de adolescentes que resolve pôr fim a um ciclo de mentiras contadas por um deles. A narrativa se apresenta ao leitor a partir do ponto de vista dos jovens, em processo de alternância de narradores. Diferentemente de publicações mais corriqueiras do circuito comercial pra jovens, como as da campeã de vendagem Thalita Rebouças, *Enfim, capivaras* tem um trabalho com a linguagem carregado de humor mais fino e traz o protagonismo dos jovens para um tipo de representação realista, sem a *clicherização* que ridiculariza ou idealiza a adolescência, por isso não soa inverossímil ou inadequado o tipo de linguagem usada pelos jovens.

Em outro texto já mencionado aqui, tratando da tutela controladora da infância, refleti sobre como essa “proteção” atravessa o campo literário de diferentes maneiras, sob a forma de demanda, seleção ou exclusão. No primeiro caso, de tempos em tempos, a partir de orientações de documentos oficiais, autores são convidados a escrever sobre determinados temas, e alguns excessos editoriais colocam no mercado textos de cunho mais informativos do que literários, disfarçados de frágil ficção. No segundo, a recusa a certos temas tem levado docentes a não escolher a obra pela qualidade, mas pela ausência de possíveis desconfortos na hora da mediação. Por último, a exclusão pressupõe aproximação e recuo diante de determinada escolha, como aconteceu com *O céu dos suicidas* e *Enfim, capivaras*. O que diferencia as duas situações, entretanto, é o fato de o livro de Luisa Geisler ter passado por uma censura sem um aval especializado, situação incentivada por movimentos ultraconservadores, como o Escola sem Partido, e prática que se estende hoje a todos os campos científicos, em que parece não ser mais necessário recorrer a fontes confiáveis para tomar decisão de cerceamentos diversos. O julgamento da inadequação do livro de Geisler não passou, portanto, pelo crivo de docentes e outros especialistas e ancora-se num pensamento autoritário que entende opinião como algo suficiente para a prática de atos da vida pública, em nome do que passou a ser chamado de “moral da família de bem”. Condenar obras a pretexto de proteger a educação dos jovens tem fim claro de controle da construção autônoma do pensamento.

Também em 2019, *Um útero é do tamanho de um punho*, livro da poeta Angélica Freitas, publicado em 2012, foi alvo de moção de repúdio em sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que se deveu ao fato de ter sido acolhido como leitura obrigatória para o exame de ingresso à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O parlamentar autor da proposta alegou que o livro representava ataque a valores cristãos, argumento que encontrou contestação por parte de uma colega: “Dizer o que cabe ou não do ponto de vista da arte, não cabe aos legisladores. Os legisladores têm que cumprir com a

Constituição”⁵. Reside na fala da parlamentar o fenômeno de ser necessário, em tempos de crescente obscurantismo, afirmar o óbvio de alocar as coisas em seus lugares.

O incômodo com o livro de poemas de Angélica Freitas revela mais sobre quem se incomoda do que sobre a obra em si. Construído como uma espécie de antimanifesto, tecido sob a ironia à sociedade patriarcal que pretende definir como deve ser uma mulher, faz um caminho de deboche aos valores consolidados como cristãos, em que a figura feminina tem como paradigma a imagem de uma virgem concebida sem pecados. Organizados a partir de alguns eixos, que estruturam o escárnio às normas sociais dirigidas às mulheres numa sociedade patriarcal e ainda lesbofóbica, os poemas avançam para um discurso em que qualquer normatização sobre o corpo feminino parece encenar um olhar ateísta em direção ao interlocutor, mas tripudia da pseudoelegância no deboche que se constitui como eixo estrutural de uma resposta ao controle dos referidos corpos.

Diferentemente dos dois casos anteriores, em que o pretexto é o resguardo da educação de jovens, a fala do parlamentar revela seu incômodo de homem diante de uma obra que desestabiliza os lugares reservados à mulher no discurso patriarcal: “Não é questão de sexualidade, estão ferindo os valores cristãos. É muito mais grave do que simplesmente sexualidade”. Na generalização do que considera “valores cristãos” e na aferição da gravidade do que representaria a leitura da obra, não consegue esconder o desconforto com o despudor dos poemas em relação ao seu lugar de homem, que deseja tanto a “mulher limpa” descarnada nos poemas quanto o silenciamento da ironia que a acompanha na obra.

Ainda em 2019, o governo do Estado de São Paulo vetou a compra de uma lista de doze livros, sugeridos por uma empresa contratada pelo poder público em questão como curadora para o trabalho de executar de uma espécie de clube de leitura, que daria conta da implementação da lei de remissão de pena pela leitura, disciplinada pela Recomendação 44/2013⁶. Como a lei se pauta na ideia da leitura como direito básico à cidadania, e no caso específico, ao exercício da ressocialização e aprendizado, não surpreende o fato de o texto de Antonio Candido, “O direito à literatura”, aparecer constantemente em projetos que tratam da curadoria desse trabalho nos presídios. Nos anos da década de 2000, com alguns poucos avanços de políticas públicas, como as compras de livros pelo Governo Federal para constituição de

⁵ Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/livro-de-poesias-e-alvo-de-mocaoe-de-repudio-e-gera-polemica-em-plenario>. Acesso em: 30 set. 2020.

⁶ Dito brevemente, a Lei prevê a diminuição da pena em até quatro dias a cada livro lido. Por ano, é possível que o detento diminua sua pena em até 48 dias, caso leia 12 livros e escreva uma resenha sobre cada uma das obras. As resenhas são submetidas a uma avaliação especializada, trabalho que se encaminha depois a um juiz para efetivar a diminuição de pena.

acervos nas escolas, o texto de *Candido* não fazia tanto sentido, uma vez que a ideia que perpassa o texto do sociólogo de uma formação leitora que não leve em conta recorte de classe parecia superada. Em tempos de subtração de direitos em diferentes frentes, com vistas a uma reviravolta social de cunho conservador, as obsolescências de um texto escrito no final da década de 80, em contexto de construção das leis dos Direitos Humanos, ainda estão marcadas, mas ressoam menos do que a premência da defesa do direito à leitura de literatura, atualizando o texto de *Candido*.

Dos doze livros que formavam a lista (*As cartas que não chegaram*, de Mauricio Rosencof; *Vá, coloque um vigia*, de Harper Lee; *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel Garcia Márquez; *O estrangeiro*, de Albert Camus; *O Fim de Eddy*, de Édouard Louis; *O amor que sinto agora*, de Leila Ferreira; *Bonsai*, de Alejandro Zambra; *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo; *O quarto branco*, de Gabriela Aguerre; *Enquanto os dentes*, de Carlos Eduardo Pereira; *Cabo de Guerra*, de Ivone Benedetti; e *Paisagem de outono*, de Leonardo Padura), nenhum foi mencionado especificamente, houve apenas argumento de que alguns não coadunavam com a visão do diretor da instituição. Diante da diversidade de temas e autores, não é tarefa simples conjecturar que títulos teriam sido motivadores do incômodo e do consequente veto, entretanto, algumas possibilidades podem ser apontadas, como a temática homossexual da obra de Louis; o narrador-personagem infiltrado em grupo de esquerda, de Benedetti; ou ainda os nomes de Padura e García Márquez, por suas reconhecidas posições políticas.

A censura travestida de adequação não encontra respaldo de especialistas e nem parece necessitar de leitura das obras para que ocorram. O que seria adequado para ser lido por sujeitos privados de liberdade? Na campanha eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro, em 2018, não houve eufemismo na hora de tratar sobre como deveria ser a educação dos jovens: “Ninguém quer saber de jovem com senso crítico”⁷. O conjunto de doze livros de envergadura potente dirigido a um público privado de liberdade representa uma ameaça a uma estrutura arbitrária de poder. A literatura não transforma vidas, nem tampouco nos torna melhores, mas o olhar caleidoscópico do texto literário possibilita reinaugurar formas de ver, independentemente do que o leitor fará com essa ampliação de horizontes. Para governantes que temem um povo letrado e consciente, os livros, de tempos em tempos, são ameaça que deve ser combatida.

⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>>. Acesso em 30 set. 2020.

Fato semelhante aconteceu em 2020, no Estado de Rondônia, em que a Secretaria de Educação tornou pública uma lista de 43 livros que deveriam ser recolhidos. Dentre eles, estavam títulos de Machado de Assis, Rubem Fonseca, Mario de Andrade. Sem entrar no mérito de mais um caso, até mesmo porque quando da publicação deste texto, o rol de ocorrências certamente estará desatualizado, quero pensar as nuances das formas de censurar. Quando se fala em censura a obras, o pensamento se remete a um longínquo espaço-tempo, que não parece dialogar com tantos avanços a que chegou a humanidade; e o reacender do fenômeno nos últimos anos, no caso analisado especificamente, apesar de parecer fator anacrônico, não está desconectado de práticas coerentes com um projeto de colonização do pensamento, o qual ainda não conseguimos superar.

O escritor venezuelano Fernando Báez, em *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque* (2006), faz um longo inventário sobre a perseguição aos livros ao longo da história, e situa fatos dos séculos XX e XXI que reverberam perseguições de tempos antigos. A conclusão pessimista do autor, “A destruição dos livros está longe de acabar” (2006, p. 321), interpela indignação e traz perguntas, que já nascem em tom de retórica: por que a caça aos livros? Qual o sentido de o poder se ver ameaçado pela ficção? As respostas, tão claras quanto duras, requerem elaboração, buscada na figura universal do Quixote, transformada em alegoria nessa aproximação. Ao queimar a biblioteca do cavaleiro andante e emparedar estantes, a sobrinha do fidalgo e seus cúmplices assim o fazem para “proteger” Quixote dos perigos a que o conduziam as voltas da imaginação. A censura contemporânea também traz a capa ilusória de proteção e se justifica pelos mesmos pressupostos ao longo dos tempos, revestindo-se de vontade divina. O controle da religião sobre as culturas, em especial em contextos de ausência do Estado, vale-se da mesma matéria que a literatura: o fomento ao imaginário, que, no caso religioso, dá conta de uma narrativa sobre a existência de uma força superior, uma personagem que ditaria seus desígnios, sob diferentes formas de violência, de que a simbólica é apenas uma representante, porém muito complexa de ser compreendida por sujeitos cujos atos de simbolizar hoje estão nas mãos da fé e dos programas sensacionalistas que exploram a violência real.

Censura e escolarização

Até aqui foi possível constatar que a caça aos livros literários tem sempre alguma relação com processos formativos. Mesmo que não especificamente ligados a uma sala de aula, exceção de *O céu dos suicidas*, as outras obras foram submetidas a uma avaliação de um poder

institucional – não-especializado como regra – porque estão ligadas a um projeto de educação tardia, como os presídios, ou ainda estão na esfera do plano macro das secretarias de educação. A situação do livro *Diário da cadeia* constitui uma exceção e só foi incluída aqui pelo inusitado de um julgamento de um livro de ficção. Situações de repreensão à literatura por parte de agentes que por vezes sequer leram a obra fazem pensar no quanto o imaginário sobre o que significa ler literatura se transmite mais do que se realiza a leitura das obras.

Começamos nossa incursão no tema da censura aos livros a partir do conceito de representação como resistência. A literatura resiste à forma, ao conteúdo e ao tempo, e se faz muito necessária como exercício do pensamento especialmente em contextos de privação de direitos. Por isso, é mais forte como resistência no processo de escolarização, em que assume papel importante na emancipação dos sujeitos, submetidos a um sistema escolar que estava em vias de mudança, mas aparece hoje oprimido e vacilante nas garantias da formação para a luta pelos direitos emancipatórios, como pensava Paulo Freire. Uma educação literária libertária passa pela construção de repertório que possibilite escolhas; acesso a livros dentro e fora do ambiente escolar; formação crítica para enfrentamento de adversidades sociais e individuais. É um processo mais amplo e complexo do que pensa a simples didatização do texto. Antônio Cândido, tratando da importância da literatura para a formação humana, adverte que o texto literário pode ser importante fonte de conhecimento, desde que não se pretenda domesticar o estético em favor do pedagógico.

Dado que a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. A função educativa é muito mais complexa do que supõe um ponto de vista estritamente pedagógico. [...] a literatura pode formar, mas segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como veículo da tríade famosa – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos de acordo com os interesses de grupos dominantes, para reforço de sua concepção de vida (2002, p. 83).

Representantes da América Latina, autoras como as argentinas Graciela Montes, Cecília Bajour e Maria Teresa Andruetto, e a colombiana Silvia Castrillón avançam rumo ao desdobramento do que foi defendido por Cândido no texto “O direito à literatura”, e tecem importantes considerações acerca do direito a formas complexas de artes, em especial, para aqueles cujas oportunidades estão condicionadas ao acesso escolar, uma vez que o cenário familiar muitas vezes é expropriado até mesmo das necessidades humanas básicas entendidas assim pelo censo comum. Graciela Montes, em ensaio intitulado “De la consigna al enigma”, tece considerações relevantes sobre o espaço poético e a construção individual deste, sem rogar-

se à crítica do que está implicado neste fenômeno, referindo-se às interdições político-sociais, que negam aos mais pobres esse direito:

Se alguém quisesse educar para o desenvolvimento humano, deveria facilitar e estimular este desenvolvimento do espaço próprio [de construção do olhar poético], permitindo-lhe despregar-se, como se se tratasse de uma tapeçaria infinita, de infinitos desenhos, que se abre para todos os lugares ao mesmo tempo. [...] O contrário é a domesticação funcional e a moldagem. Aceitar até o final o inatingível: o enigma. Claro que educar assim não é fácil. É muitíssimo mais fácil educar para o funcionamento do que para o desenvolvimento humano. [...] ele mesmo [o professor] teria que ter uma perspectiva expandida, uma fronteira ativa, realmente indômita, sempre sensível ao enigma para lançar-se a esta tarefa. [...] Parece irônico falar disso quando os professores lutam para não morrer de fome; e, entretanto, justamente nesses momentos, seu papel social tem que voltar a ser fundante[...]. Em uma sociedade de mandatos e slogans, de caminhos previsíveis, de consumo dirigido, não é verdadeiramente revolucionário aquele que segue se perguntando, questionando-se, colocando-se desnudo por assim dizer, deslumbrado e questionador frente ao enigma? (MONTES, 2017, p. 58, tradução nossa).⁸

Graciela Montes nos coloca diante da difícil realidade educacional – no caso dela, a argentina que, entretanto, não difere muito de nossa realidade –: o que significa educar em contexto de privação de direitos básicos, de pensado projeto de precarização da educação pública, de desejo explícito dos governantes de fazer diferença entre educação para pobres e ricos? Negar a necessária construção do poético – que é individual, mas se faz por meio de acesso democrático a educação de qualidade, com políticas públicas que garantam autonomia do professor e condições dignas de trabalho; com acesso a livros literários e mediação qualificada – é também negar o direito de estar no mundo como sujeito de pensamento autônomo, capaz de pensar suas ações olhando-se e também acolhendo o coletivo social de que faz parte, com atitude crítica, ética, solidária.

Chegamos, então, a um tempo complexo, em que a literatura atingiu produção e vendagem muito significativas, especialmente em compras de governo, mas esteve, por outro lado, muitas vezes associada à função pedagógica de informar. Lembremos a citação de

⁸ No original: “*Si uno quisiera educar para el desenvolvimiento humano, debería facilitar y estimular este ‘desenvolvimiento del espacio propio’, permitiéndole desplegar-se, como si se tratase de una alfombra infinita, de infinitos dibujos, que se abre hacia todos los sitios al mismo tiempo. [...] Lo contrario de la domesticación funcional y el amoldamiento. Aceptar hasta el final lo inatrapable: el enigma. Claro está que educar así no es fácil. Es mucho más educar para o funcionamiento do que para el desarrollo humano. (...) él mismo tendría que tener una zona expandida, una frontera activa, realmente indômita, siempre sensible al enigma, para emprender la tarea (...).* Parece irónico hablar de esto cuando los maestros luchan por no morir-se de hambre, y sin embargo me parece que, justamente por eso, en estos momentos, su papel social tiene que volver a ser el fundante [...]. En una sociedad de mandatos y consignas, de caminos previsibles, de consumo dirigido, no resulta verdaderamente revolucionario el que sigue preguntándose, cuestionándose, plantándose desnudo por así decir, ¿deslumbrado y inquisitivo frente al enigma?”

Candido para pensar o contexto atual: sob quais pilares está fundada atualmente a tríade Verdadeiro, Bom e Belo? Tratando de literatura infantil e juvenil e sua relação com a escolarização, e da atual proposta de tutela da infância imposta segundo preceitos de um movimento partidário de uma educação instrucional e tecnicista para pobres – o Escola sem Partido, o que fazer com a censura aos livros? Como defender a literatura desse lugar de litígio com a função pedagógica de ensinar a calar e obedecer, exposto com clareza nas redes de militarização das escolas, sob o falso pretexto de “restaurar a autoridade do professor”? Como avançar em tempos ultraconservadores, em que interesses econômicos se sobrepõem ao dever de oferecer educação de qualidade à população, independentemente de classe social? Como reagir à onda crescente de veto aos textos literários, realizados por argumentos extraliterários e antipedagógicos? Professores e outros especialistas necessitarão de diálogo, suporte teórico, reflexão nas formações inicial e continuada sobre o caráter de representação do texto literário e de sua importância no processo de formação dos indivíduos. Mais do que nunca, as relações entre a literatura e o leitor não podem ser negligenciadas nas pesquisas e práticas acadêmicas. O enfrentamento de retrocessos exige ação política pautada em direitos e consciência de que a luta no plano macro exige esforços coletivos, para além de nossas superespecializações acadêmicas. Termino com outro trecho do texto já citado de Regina Dalcastagnè, que nos convoca para uma luta com e pela literatura e pela vida social:

E resistir é ainda acreditar – nos homens e na própria literatura como instrumento de ação. [...] Mudar o mundo é tarefa grande demais para a literatura. Um romance pode expressar a oposição a um estado de coisas, mas se a oposição permanecer restrita às páginas dos romances, estará fadada ao fracasso. (2007, p. 62)

Referências

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T.A. Queirós, 2000.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. São Paulo: Leya, 2011.

CASTELLI, Vinícius. Escritor acusa Sesi de proibir leitura de livro sobre suicídio. **Diário do grande ABC**, 19 set. 2019. Disponível em:

<<https://www.dgabc.com.br/Mobile/Noticia/3131840/censura-na-sala-de-aula>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CNJ Serviço – Saiba como funciona a remição de pena. **Agência CNJ de Notícias**, 26 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 29, p. 55-66, jan./jul. 2007. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/issue/view/264>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Procura da poesia. In: DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Poesia Completa & Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1977.

ESPINOZA, Marcelo. Livro de poesias é alvo de moção de repúdio e gera polêmica em plenário. **Agência AL**, 17 set. 2019. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/livro-de-poesias-e-alvo-de-mocaoe-de-repudio-e-gera-polemica-em-plenario>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GEISLER, Luisa. Banida de feira literária no RS, autora lamenta censura por linguajar inadequado. **O Globo**, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/banida-de-feira-literaria-no-rs-autora-lamenta-censura-por-linguajar-inadequado-24079033>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HATOUM, Milton. Entrevista. In: GONÇALVES, José Eduardo. **Ofício da palavra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: ISER, Wolfgang. **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JOLLES, André. **Formas simples**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LARROSA, Jorge. Invitaciones entre Pedagogía y Literatura. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Entre Pedagogía y Literatura**. Buenos Aires: Mino e Dávila, 2013.

LISPECTOR, Clarice. Menino a bico de pena. In: LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1971.

MONTES, Graciela. Buscar indícios construir sentidos. Bogotá: Babel Livros, 2017.
OLIVEIRA, Regiane. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. **El País**, 08 fev. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

REZENDE, Lucas. Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória. **Folha de São Paulo**, 31 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

RUFFATO, Luiz. Entrevista. In: GONÇALVES, José Eduardo. **Ofício da palavra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STEINER, George. **Aqueles que queimam livros**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

TIBURI, Marcia. Um útero é do tamanho de um punho de Angélica Freitas. **Cult**, 12 maio 2013. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/um-utero-e-do-tamanho-de-um-punho-de-angelica-freitas/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Recebido em: 28/05/2020

Aceito para publicação em: 19/08/2020